

**PODER JUDICIÁRIO**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

<b>SENTENÇA</b>
-----------------

Processo nº:	<b>1012005-95.2017.8.26.0566</b>
Classe - Assunto	<b>Procedimento Comum - Rescisão / Resolução</b>
Requerente:	<b>Figueira de Almeida Controle Patrimonial Ltda</b>
Requerido:	<b>Edivaldo Lourenço Xavier</b>

**FIGUEIRA DE ALMEIDA CONTROLE PATRIMONIAL LTDA** ajuizou ação contra **EDIVALDO LOURENÇO XAVIER**, pedindo a rescisão do contrato de compra e venda com cláusula de reserva de domínio e a reintegração na posse da motocicleta Honda NXR 150 BROS, placa DTG-5140, haja vista que o réu não adimpliu o preço do bem.

Indeferiu-se a tutela de urgência.

O réu foi citado e não contestou os pedidos.

**É o relatório.**

**Fundamento e decido.**

À falta de contestação, presumem-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pela autora, com a consequência jurídica do acolhimento do pedido (art. 344 do Código de Processo Civil). Ademais, a relação jurídica está devidamente demonstrada pelo instrumento juntado às fls. 10/13, ao passo que o réu não se desincumbiu do ônus que lhe cabia, qual seja, demonstrar o adimplemento da obrigação contratualmente assumida.

Por fim, tratando-se de objeto móvel, sujeito a extravio, e não se justificando a posse exercida pelo réu, haja vista a rescisão contratual ora decretada, é caso de deferir a tutela de urgência para reintegração da autora na posse do veículo.

Diante do exposto, **acolho os pedidos** para declarar a rescisão do contrato de compra e venda celebrado entre as partes, consolidando a propriedade, assim como a posse plena e exclusiva da autora, sobre o bem objeto da ação.

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Desde logo, expeça-se mandado para reintegração da autora na posse da motocicleta, autorizando o uso de força policial, se necessário.

Condeno o réu ao pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios do patrono da autora fixados em R\$ 1.000,00.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 06 de agosto de 2018.



**Carlos Castilho Aguiar França**  
**Juiz de Direito**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**